



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1010265-39.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Erro Médico**
 Requerente: **Zulmira da Silva Pelegrino e outros**
 Requerido: **Cleia Dorta Guardia de Barros e outros**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **GABRIELA MULLER CARIOBA ATTANASIO**

Vistos.

Trata-se de Ação de Indenização por Danos Morais, proposta por Zulmira da Silva Pelegrino, Gerson Carlos Pelegrino e Eli Everson Pelegrino, contra Cléia Dorta Guardia de Barros, Fazenda Pública do Município de São Carlos e FESC – Fundação Educacional São Carlos, sob a alegação de que são, respectivamente, esposa e filhos de Jesus Carlos Pelegrino, que faleceu quando foi realizar a primeira aula de hidroginástica, pois a requerida Cléia, médica funcionária do Centro de Especialidade Médica da Prefeitura Municipal de São Carlos, atestou, indevidamente, que ele estava apto para a prática esportiva, mesmo sabendo de seu grave problema cardíaco, obesidade mórbida e hipertensão arterial, sendo que a requerida FESC, sem solicitar qualquer exame médico com especialista, autorizou que ele iniciasse as aulas de hidroginástica, em 29/09/16, vindo ele a falecer, causando danos morais, que pretendem ver indenizados, além de pleitearem a retificação da certidão de óbito, para que dela passe a constar como causa da morte "parada cardio-respiratória".

A requerida FESC apresentou contestação, alegando que inexistiu conduta omissiva de sua parte e que não contribuiu para o evento, uma vez que não lhe cabia questionar o atestado médico trazido pelo aluno. Impugnou, ainda, o valor pleiteado a título de indenização.

A requerida Cleia contestou a fls. 147, alegando, preliminarmente, a sua ilegitimidade passiva e pedido incerto. Impugnou, também, o valor da causa. No mérito, alegou que inexistiu culpa de sua parte, pois o falecido já padecia de graves problemas de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

saúde, que o colocavam em constante risco, não havendo nexo causal. Impugnou, ainda, os danos materiais e morais, afirmando, também, que a causa da morte foi corretamente lançada.

O Município, por seu turno, contestou a fls. 162, alegando que não há causa ligada à conduta inadequada do agente público, pois a prática de atividade esportiva era importante e não era contraindicada no caso específico, tendo sido atendidos todos os protocolos, não podendo ser responsabilizado pelo ocorrido. Questionou, ainda, o valor da indenização.

Houve réplica.

Foi deferida a prova pericial, cujo laudo foi juntado a fls. 252, tendo as partes se manifestado sobre ele e, também, em alegações finais.

É O RELATÓRIO.

FUNDAMENTO E DECIDO.

Trata-se de demanda visando à indenização por danos morais e materiais, que seriam decorrentes da emissão de um atestado médico equivocado, que autorizava a prática de atividade física, bem como negligência da requerida FESC, que não teria exigido atestado médico complementar.

No caso em análise, a prova pericial (fls. 252/259), com base, nos relatos da autora Zulmira e nos documentos médicos existentes nos autos, bem como na revisão da literatura médica, de modo justificado do ponto de vista técnico, demonstrou a ausência de nexo de causalidade entre a atuação da médica e o dano, como se extrai da discussão e conclusão do laudo, cuja transcrição é feita, em parte, a seguir:

(...) Apresentava função sistólica do coração normal, não apresentava descompensação de suas afecções crônicas e estava em programação de cirurgia bariátrica. Desta forma, não há elementos que contraindicassem a prática de atividade física. A hidroginástica é uma atividade recomendada ao obeso, uma vez que é uma atividade de baixo impacto(...); (...) não há elementos que permitam afirmar a real causa da morte, uma vez que o corpo não foi encaminhado para o Serviço de Verificação de Óbito. Relevante frisar que toda morte, independente da causa, cursa com parada cardiorrespiratória..

Após a análise de todos os fatos, não encontrado nos autos e nos documentos que fez



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

trazer para análise, nenhuma demonstração de conduta médica profissional inadequada ou discrepante da boa prática (...)

Veja-se, ainda, a resposta ao quesito da 3, da parte autora e 9, do Município:

3. “*Não comprova doença cardíaca grave. Função do coração preservada*” (fl. 257).

9- “*Não há registro de descompensações clínicas que contraindicassem a hidroginástica*” (fl. 258).

Desta forma, não consta dos autos evidência de que houve defeito na prestação do serviço pelos requeridos, pois, de acordo com a prova pericial a hidroginástica não era contraindicada ao caso e não se poderia exigir que a FESC solicitasse outra providência, se o próprio falecido apresentou atestado médico autorizando a prática esportiva, ficando afastado o nexo causal.

Sobre o tema, em situação análoga, já decidiu o E. TJ-SP:

“DANO MORAL - Responsabilidade civil - Erro médico - Alegada falha em atendimento hospitalar - Inadmissibilidade Hipótese - Ausência de caracterização de negligência, imperícia e nexo causal - Indenização - Impossibilidade - Recurso não provido.” [g.n.] (Apelação Com Revisão n. 6448855200 - 7ª Câmara de Direito Público C - Relator: Aléssio Martins Gonçalves - 27/11/2009).

“DANO MORAL - Erro médico - Alegada negligência no atendimento dispensado ao autor - Perícia realizada no atendimento dispensado ao autor - Perícia realizada pelo IMESC que não apontou nexo de causalidade - Prova dos autos que não comprovam culpa do corpo clínico do apelado no atendimento ao autor, de maneira que interferisse na progressão da doença - Imperícia e negligência não comprovadas nos autos - Necessidade da culpa do apelado ficar efetivamente comprovada - Ação improcedente - Recurso do autor não provido, prejudicado os do réu.” [g.n.] (Feito não Especificado n. 5135344700 - Comarca não - Órgão Julgador Não identificado - Relator: Artur César Beretta da Silveira).

“DANO MORAL - Responsabilidade civil - Erro médico - Troca de exames Correção imediata - Nexo de causalidade não evidenciado - Sentença de improcedência mantida Recurso improvido.” [g.n.] (Apelação Cível n. 35443840 - Vicente de Carvalho - 8ª Câmara de Direito Privado - Relator: Caetano Lagrasta Neto - 13/06/2007 - 14836).

“INDENIZAÇÃO - Responsabilidade civil - Erro médico - Inocorrência Óbito


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

decorrente de complicações surgidas no pós-operatório ou internação hospitalar - Hipótese em que não restou provado o nexo de causalidade que não pode ser firmado diante de 'probabilidades' e sim certezas - Impossibilidade em estabelecê-lo em relação à demora na realização do exame e o agravamento do estado de saúde da paciente e o óbito, como em relação à alta hospitalar, transfusão de sangue e derivados a ela ministrada - Recurso não provido.” [g.n.] (Apelação Cível n. 341534 - São Paulo - 1ª Câmara de Direito Privado - Relator: Carlos Augusto Guimarães e Souza Júnior - 06/10/1998).

Também não é o caso de retificação da certidão de óbito, pois não há elementos nos autos que indiquem que a causa da morte tenha sido diversa daquela atestada pela médica que assistia o falecido. Nem o laudo pericial apontou divergência.

Assim, diante do contexto probatório, a improcedência do pedido é de rigor.

Ante o exposto, julgo o processo, com resolução do mérito e improcedente o pedido, com fundamento no artigo 487, I, do Código de Processo Civil.

Condeno a parte autora a arcar com as custas e despesas processuais, bem como com os honorários de sucumbência, que fixo, por equidade em R\$ 600,00 (seiscentos reais), ficando, contudo, suspensa a cobrança de tais verbas, por ser beneficiária da gratuidade da justiça.

P I

São Carlos, 28 de setembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**